



## Ministério Público e Magistratura trabalham em prol da valorização das carreiras

Pág. 02

### CONSELHO DELIBERATIVO

**CONAMP está em mobilização permanente**



Pág. 04

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Reforma da previdência é tema de audiência pública**



Pág. 06

### CNMP

**Permuta e regulamentação do PIC são aprovados pelo CNMP**



Pág. 07

# Ministério Público e Magistratura trabalham em prol da valorização das carreiras



Ao longo do mês, a CONAMP participou de diversas reuniões junto com representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) para debater temas de interesse das carreiras como a reforma da previdência (PEC 287/16); a criminalização da violação

de direitos e prerrogativas de advogados (PLS 141/2015); a valorização por tempo de serviço (PEC 63/13); a regulamentação do teto remuneratório (PLs 6726/2016); e a recomposição inflacionária dos subsídios.

A CONAMP acompanha a tramitação da PEC 63/13 e já publicou **estudo técnico** sobre a matéria, inclusive publicou **nota conjunta** com demais entidades do Ministério Público.

Já no dia 22 de agosto **ocorreu a primeira reunião do grupo de trabalho criado no âmbito da Frentas** sobre PL 6726/2016, que

regulamenta o limite do teto remuneratório. O objetivo do é discutir estratégias para atuação conjunta e elaborar sugestões de emendas para adequação da medida.

Este projeto foi proposto pela Comissão Especial do Extrateto no Senado Federal no segundo semes-



tre de 2016 e era identificado por PLS 449/2016. Na época, a presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, **participou de audiência pública** e defendeu a legalidade dos vencimentos dos membros do MP. A Frentas, que estava sob a coordenação da CONAMP, **publicou ainda nota** defendendo a retirada de pauta das discussões do Senado.

Ainda assim a medida foi aprovada no final daquele ano e enviada

para a Câmara dos Deputados como PL 6726/2016. Atualmente, o debate ocorre na Comissão Especial na Câmara.

### Subsídio

A CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

(ADO 43) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a inobservância da previsão constitucional da revisão anual dos subsídios. A relatoria ficou com o ministro Fachin.

Sobre o tema, no início do mês, a Frentas esteve ainda reunida com os ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio, Luís Roberto Barroso, e Rosa Weber.



Ministro Dias Toffoli



Ministro Marco Aurélio



Ministro Luís Roberto Barroso



Ministra Rosa Weber

## CONAMP está em mobilização permanente

Na reunião extraordinária realizada nos dias 15 e 16 de agosto foi decidida a permanente convocação do conselho deliberativo da CONAMP sem previsão de término. Ou seja, a entidade está convocando todos os presidentes das afiliadas para mobilização semanal em Brasília (DF).

Assegurar os direitos constitucionais de promotores e procuradores de Justiça, que, em razão de sua atuação, estão cada vez mais sofrendo represálias, é o que justifica a decisão da CONAMP.

Já no dia 17 de agosto integrantes do conselho deliberativo da CONAMP estiveram no Congresso Nacional para debater proposições legislativas afetas ao sistema de Justiça e ao Ministério Público. No dia, a CONAMP e membros do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) foram recebidos



pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia.

Ao longo do mês, foram ainda contatados os senadores Antonio Anastasia (PSDB/MG) e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) e os deputados Antonio Brito (PSD/BA); Benito Gama (PDT/BA); Carlos Sampaio (PSDB/SP); Chico Alencar (PSOL/RJ); Dagoberto Nogueira (PDT/MS); Daniel Vilela (PMDB/GO); Décio Lima (PT/SC); Expedito Netto (PSD/RO); Gabriel Guimarães (PT/MG); Hildo Rocha (PMDB/MA); Joaquim Passarinho (PSD/PA); João Campos (PRB/GO); Junior Marreca (PEN/MA); Lindomar Garçon (PRB/RO); Luiz Cláudio (PR/RO); Marcos Rogério (DEM/RO); Marcus Vicente (PP/ES); Nelson Marquezelli (PTB/SP); Nilson Leitão (PSDB/MT); Pepe Vargas (PT/RS); Professor Victório Galli (PSC/MT); Rodrigo Pacheco (PMDB/MG); Rubens Bueno (PPS/PR); Subtenente Gonzaga (PDT/MG); Tadeu Alencar (PSB/PE); Thiago Peixoto (PSD/GO); Renzo Braz (PP/MG); Ricardo

Tripoli (PSDB/SP); Valtenir Pereira (PSB/MT); e Walney Rocha (PEN/RJ).

### Código Penal

O conselho deliberativo decidiu ainda pelo reforço dos trabalhos da comissão temática da reforma do Código Penal (PLS 236/2012). A decisão foi tomada durante a XV reunião ordinária do biênio 2016/2018, realizada no dia 2 de agosto.

O objetivo é promover estudos de caráter nacional e contribuir com o Legislativo. O 1º vice-presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, é o coordenador da comissão. Novos integrantes serão indicados pelos presidentes das associações afiliadas à CONAMP.





Estratégia semelhante foi adotada com a reforma do Código de Processo Penal (PL 8045/10). **O resultado dos trabalhos conduzidos pelo secretário-geral da CONAMP, Elísio Teixeira, foi entregue aos relatores da matéria.**

### Rezoneamento

Ao longo do mês de agosto, integrantes da diretoria e do conselho deliberativo da CONAMP estiveram presentes em duas audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados para debater as normativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a extinção de zonas eleitorais no país. O rezoneamento eleitoral tem por base a portaria 207/17 e as resoluções 23.512 e 23.522 do TSE.

A presidente da Conamp, Noma Cavalcanti, participou das duas audiências e na oportunidade informou que o rezoneamento dificulta a fiscalização do processo eleitoral, facilita a corrupção e que a medida causa um desprestígio aos prefeitos, vereadores e deputados.

Além disso, durante audiência, Norma lembrou que a CONAMP questiona o rezoneamento no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 471) e publicou o manifesto: 10 verdades sobre o rezoneamento eleitoral.

Desde o início a CONAMP tem trabalhado para divulgar e alertar o povo brasileiro. Para a entidade, além de nítido retrocesso,

as decisões do TSE são ilegais. A redução das zonas eleitorais trará graves prejuízos. Deputados e magistrados também se manifestaram contra rezoneamento eleitoral no país.



## NOTA PÚBLICA

**Entidade repudia afirmações feitas pelo Ministro Gilmar Mendes sobre a atuação do MP e dos Gaecos**

**CONAMP**  
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

### NOTA PÚBLICA

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP, entidade que representa mais de 16.000 Promotores e Procuradores de Justiça, vem a público repudiar afirmações feitas pelo Ministro Gilmar Mendes durante sessão do Supremo Tribunal Federal ocorrida ontem sobre a atuação do Ministério Público brasileiro e os Gaecos.

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa intransigente dos interesses da sociedade. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal e fixou os parâmetros da atuação do MP no Recurso Extraordinário (RE) 593727, com repercussão geral reconhecida.

A partir de então os membros do Ministério Público vem exercendo, com zelo e dedicação, sua missão institucional de investigar e combater a corrupção e demais crimes.

## Reforma da previdência

No dia 10 de agosto, o assessor da CONAMP, Paulo Penteadó, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado para debater sobre a reforma da previdência (PEC 287/16).

A CONAMP é contra a reforma da previdência e acompanha a PEC 287/16 desde o início da tramitação. A entidade participa do grupo de trabalho que auxilia os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da previdência pública.



*“Não é a previdência que deve ao Brasil, e sim o país que deve à previdência. Aliás, se voltarmos ao exercício de 2015, o último que com dados consolidados, vemos que o regime geral de previdência deu um superávit de 11 bilhões de reais.”*

Paulo Penteadó

## Sistema penitenciário brasileiro

A crise no sistema penitenciário também foi tema de audiência pública na Câmara dos deputados. O promotor de Justiça de São Paulo, Pedro de Jesus Juliotti, representou a CONAMP.

Durante audiência da comissão especial, Juliotti destacou a precariedade do sistema prisional e sugeriu propostas de melhoria no sistema carcerário. Em relação ao regime fechado: “a prisão em regime fechado é necessária; nenhum país do mundo combateu o crime sem esse tipo de prisão”.



## Permuta e regulamentação do PIC são aprovados pelo CNMP

No dia 7 de agosto, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou a possibilidade de permuta entre membros do Ministério Público.

O conselheiro Walter Agra, relator da matéria, apresentou voto pela parcial procedência, acatando a possibilidade de permuta entre os membros dos Ministérios Públicos estaduais e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. No entanto, Agra rejeitou a competência do CNMP para proceder com a regulamentação – o que deve ser feito ou por Lei Complementar estadual ou por iniciativa administrativa de cada MP.

Os conselheiros Otávio Brito, Sérgio Ricardo, Valter Shuenquener, Cláudio Portela, Antonio Duarte, Marcelo Ferra e Esdras Dantas votaram com o relator. No entanto, Fábio Stica, Leonardo de Carvalho e Orlando Rochadel votaram com divergência pela regulamentação apenas por Lei Complementar. Os conselheiros Fábio George, Gustavo Rocha e Rodrigo Janot votaram contra a possibilidade de permuta. Janot ainda anunciou que irá questionar a decisão no STF.

A matéria estava em julgamento desde 2015. Em julho de 2016, o relator à época, conselheiro Leonardo Carvalho, também já havia apresentado voto semelhante ao de Walter de Agra.

A CONAMP foi uma das principais apoiadoras. O papel ativo da

entidade foi essencial para que o CNMP aprovasse a permuta. **Clique aqui e confira o histórico de atuação da CONAMP.**

### PIC

Neste mês o CNMP aprovou também a proposta de resolução que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal (PIC) a cargo do Ministério Público, no qual, é instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.

### Novos conselheiros

O colegiado do CNMP será renovado ainda este ano. Os conselheiros que irão cumprir o 1º mandato são: Demerval Farias (MPDFT);

Erick Venâncio Lima (OAB); Lauro Machado (MPE); Leonardo Accioly da Silva (OAB); Luciano Nunes Maia Freire (STJ); Marcelo Weitzel Rabello de Souza (MPM); Sebastião Vieira Caixeta (MPT); e Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior (MPF).

Já Fábio Bastos Stica (MPE) e Orlando Rochadel (MPE) irão iniciar o segundo mandato como conselheiros do CNMP.

Também haverá renovação no cargo de presidente: Raquel Dodge ficará à frente do CNMP.

Os indicados para ocupar a vaga destinada ao Senado Federal, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e Erick Biill Vidigal, já foram sabatinados e aguardam apreciação do plenário do Senado.

Gustavo do Vale Rocha (Câmara dos Deputados) e Valter Shuenquener de Araújo (STF) seguem no exercício do segundo mandato como conselheiros.



## CONAMP participa da recepção dos novos promotores de Justiça de Pernambuco



[| Leia mais](#)

## Flávio Costa foi eleito presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal)



[| Leia mais](#)

PGJ

## Francisco Seráfico toma posse como novo procurador-geral de Justiça da Paraíba

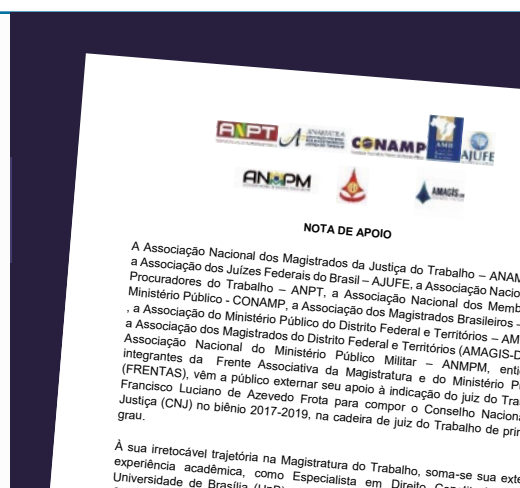


[| Leia mais](#)



## Frentas publica nota de apoio a indicação de Francisco Luciano de Azevedo Frota para o CNJ

[Leia mais](#)



## Carreiras de Estado ratificam mobilização permanente contra as medidas anunciadas pelo governo federal

[Leia mais](#)



**NÃO PERCA  
NENHUMA  
NOVIDADE DA  
CONAMP**

Assine nossa newsletter e receba em primeira mão as notícias da entidade



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para [imprensa@conamp.org.br](mailto:imprensa@conamp.org.br) ou ligue para 61.3314-1356